

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Sugestão

Nº 94, DE 2013 e seus apensos.

Sugere a realização de reunião de audiência pública para debater a regulamentação das Terapias Naturais e Integrativas.

Autor: Federação Nacional dos Terapeutas – FENATE

Relator: Deputado LEONARDO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão da Federação Nacional dos Terapeutas - FENATE, que solicita a realização de Reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, com a finalidade de debater a regulamentação da categoria de terapeutas naturistas.

A referida associação sugere que sejam convidadas pessoas de relevante saber e atuação na área naturista, bem como aquelas que estejam interessadas na regulamentação das Terapias Naturais e Integrativas.

A Comissão de Legislação Participativa recebeu, ainda, as Sugestões nº 95/13, do Sindicato Nacional dos Terapeutas Naturistas; e nº 96/13, da Associação de Terapeutas Naturalistas Alternativos na Saúde e Cultura do Brasil, solicitando a realização de Audiência Pública para debater o mesmo tema, de forma que propomos a realização de um evento único, agregando as Sugestões das três entidades da sociedade civil.

É ainda solicitado que a referida Audiência Pública seja realizada no dia 01 de outubro de 2013, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, tendo em vista que o PL 6.959/10, que “*dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista*” encontra-se naquela Comissão Permanente.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, de acordo com a declaração prestada pela Secretaria da Comissão, observa-se que os requisitos formais, previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa — CLP foram plenamente atendidos.

O tema que se apresenta é relevante e oportuno, merecendo atenção deste parlamento, pois trata de questões inerentes à saúde e ao bem estar da população brasileira, bem como à regularização da atividade profissional de milhares de terapeutas, que hoje praticam as terapias naturistas.

A Sugestão em tela destina-se a promover ampla discussão acerca da regulamentação da atividade de terapeuta naturista, prevista no PL 6.959, de 2010, cuja iniciativa foi da própria sociedade civil, através de apresentação de Sugestões Legislativas à Comissão de Legislação Participativa.

Pelo exposto, nos manifestamos pela APROVAÇÃO da Sugestão nº 94/13 e suas apensadas, com a consequente realização de Audiência Pública para debater a regulamentação da profissão de terapeuta naturista, de acordo com o rol de convidados a ser apresentado pelas referidas organizações.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

Deputado **LEONARDO MONTEIRO**

Relator